

CVM CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

Projeto: Memória das lutas operárias

1953: Greve dos 300 Mil em São Paulo

Anotações Históricas e Teóricas sobre uma Conjuntura Concreta

Publicação original: Revista Contraponto, Ano 1, nº 01,
Centro de Estudos Noel Nutels

Documento digitalizado em: 10.2013

Fonte: Acervo Centro de Estudos Victor Meyer

1953: Greve dos 300 Mil em São Paulo

Anotações Históricas e Teóricas sobre uma Conjuntura Concreta

José Álvaro Moisés

O processo político das últimas décadas, no Brasil, coloca para os cientistas sociais uma questão fundamental, que se complica tanto mais quanto se procura oferecer a ela respostas inspiradas nas interpretações formalistas e esquemáticas da realidade histórica: por que a classe operária brasileira tem-se demonstrado tão pouco capaz de definir perspectivas próprias no seu confronto com as classes dominantes e o Estado? Por outras palavras, como explicar a aparente incapacidade da classe operária brasileira de *trazer para o nível das disputas políticas, de forma orgânica, os seus interesses de classe*? Ou ainda: quais são os fatores estruturais e históricos que podem explicar o fato de que a classe operária tenha-se mostrado inábil, para marcar sua presença, no processo de lutas sociais, com consciência clara de sua situação de classe, o que equivale a dizer, com uma estratégia própria, autônoma e independente daquela sustentada pelas outras classes?

Como se sabe, estas são questões bastante complexas de teoria e prática políticas. Elas não podem ser resolvidas no quadro de uma análise limitada, pois as suas implicações teóricas exigem um esforço muito mais amplo de reconstituição e recuperação da história social brasileira, esforço que só recentemente teve um impulso destinado a ver a história como resultado tanto dos movimentos sociais vitoriosos como dos movimentos sociais que fracassaram (*). Só essa limitação já é suficiente para dar conta das dificuldades que enfrentamos *para dar respostas adequadas às questões enumeradas acima*. Por outro lado, uma grande parte dos esforços realizados durante os anos 50 e 60 para *explicar* o significado da presença das classes populares na sociedade brasileira subordinaram a sua estratégia de análise a uma concepção que privilegiava, em grande parte, os fatores de natureza estrutural, isto é, as origens rurais recentes da classe operária urbana, a enorme heterogeneidade interna de sua composição social e a sua aparente inadaptabilidade aos padrões urbanos de comportamento político. Sem desmerecer os resultados desses esforços, é necessário reconhecer que eles, muitas vezes, induziram os analistas interessados na sorte das classes populares a vê-las como atores históricos passivos, incapazes de oferecer qualquer contribuição própria às mudanças sociais e políticas que têm marcado a história recente do país. Nesse sentido, alguém já disse que o conhecimento produzido pelas análises mencionadas — em grande parte informadas por uma concepção mecanicista da determinação entre estrutura e história — foi mais de tipo negativo (isto é, que indica o que a classe operária não é) que de tipo positivo, que permitisse conhecer as particularidades históricas de sua formação e de sua constituição como classe.

2

De fato, muitas vezes, as análises do fenômeno do populismo conduziram à conclusão de que esta prática política, na qual se envolveram as classes populares, era a expressão mais aparente do fenômeno da ausência de consciência da classe operária brasileira. Realmente, a partir do segundo período de Vargas à frente do Estado, até 1954, a classe operária no Brasil, parece ter aceito a *Política de Conciliação* que lhe foi oferecida pelas classes dominantes. A incapacidade da classe trabalhadora para se constituir em associações voluntárias, com funções de aglutinar os seus interesses próprios, que guardassem autonomia em relação à *estrutura sindical oficial* (²), somada ao fato de que os líderes populistas que buscavam base de legitimidade para os seus projetos encontravam apoio eleitoral nas classes populares — no conjunto das quais somavam os trabalhadores industriais — são fatores que podem ser vistos como elementos de suporte para aquelas interpretações. Entretanto, em termos de análise, afirmar o populismo não é explicar o populismo; não é explicar as circunstâncias históricas que tornaram este estilo de dominação política atrativo para as classes subalternas urbanas. É necessário romper com uma tradição de análise que vê a consciência da classe ou a capacidade da classe operária de se articular politicamente como atributos de sua posição estrutural de classe. Não há essa relação linear de causa e efeito entre o papel na estrutura das relações de produção e o comportamento no plano das opções sociais e políticas. Pensar a história desse ângulo é não pensar a história como movimento, é não pensar que as determinações da estrutura passam, elas também, pelas determinações da própria história, isto é, pelo sucesso ou pelo fracasso dos atores em transformarem a sua vontade particular em uma força social que modifica a própria estrutura.

Certamente, as origens rurais da classe operária brasileira que se formou após a Revolução de 1930 — que, sem ser a revolução burguesa brasileira, resultou em uma política geral altamente favorável à industrialização e à nascente burguesia industrial — contam para o processo de sua constituição como classe. Essa “nova” classe operária chegou aos grandes centros urbanos apenas munida de suas

tradições rurais, o que equivale a dizer: baixo nível de qualificação, ausência de solidariedade de grupo nos termos conhecidos pela experiência operária do começo do século, inexperiência de vida associativa no sentido da experiência operária europeia e uma tradição de dependência paternalista, no que se refere ao comportamento político. Entretanto, esses fatores não podem ser tomados de forma estática. Na medida em que esses migrantes, que vêm formar o exército industrial de reserva nos grandes centros urbanos, se incorporam à nova realidade, começa a mudar também o universo cultural, ideológico e político deles. Além disso, estes fatores estruturais só podem ser compreendidos se tomados na sua relação complexa com os fatores históricos que determinaram a emergência das classes populares na política brasileira. Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que tanto a legislação trabalhista como a *estrutura sindical oficial* são introduzidas por Vargas (em sua qualidade de delegado das classes dominantes), como requisitos indispensáveis de sua *Política de Conciliação* de classes e, dessa forma, representam uma resposta do bloco dominante ao nível da luta de classes em andamento. Depois, é preciso entender o populismo como um estilo de dominação destinado a fazer frente à *crise de hegemonia* ⁽³⁾ e, nesse sentido, como uma tentativa de instauração de um substitutivo da hegemonia que as classes dominantes tradicionais haviam perdido e que as novas não tinham ainda capacidade de restaurar. A mobilização de massas, iniciada por Vargas na década dos 40 e ampliada durante os anos 50, era o outro lado da medalha que correspondia ao controle sindical e à subordinação das classes populares ao Estado e às classes dominantes. Finalmente, não se pode esquecer o papel jogado pelo Partido Comunista Brasileiro nas fases históricas abertas com a conjuntura liberalizante do pós-guerra, que redundam na queda do Estado Novo e na democratização limitada do país. Em face da influência que adquire junto a importantes setores das massas urbanas, especialmente daquelas que se deixam mobilizar pelos sindicatos nos anos 50, não é irrelevante considerar a responsabilidade desse partido para a subordinação da classe operária ao estilo populista de dominação, que é implantado pelas classes dominantes. Como se sabe, o PC adota, a partir da conjuntura de 1945-46, a estratégia de colaboração de classes que resultaria, durante os anos 50 e 60, na aliança dos esquerdistas com os nacionalistas, trabalhistas e populistas. Essa estratégia condicionou, em grande parte, a política dos setores mais combativos da classe operária aos interesses de uma multiplicidade de classes, entre as quais, a própria burguesia industrial. Essa estratégia de aliança de classes esteve fundamentalmente ligada a um projeto de desenvolvimento do capitalismo nacional e, em nenhum momento, criou condições para que a classe operária impusesse as suas condições a essa aliança (ou se servisse dela para construir a sua estratégia de autonomia).

3

Como definir, então, a questão da consciência da classe operária em países dependentes, como o Brasil? Naturalmente, a condição de país dependente influi sobre o processo de formação das classes na sociedade brasileira. Não podemos pensar, no Brasil, uma burguesia e um proletariado como os que se formaram no contexto europeu, a partir do longo processo de liquidação do feudalismo, e que alijou a aristocracia do poder social e político. A formação das classes sociais na América Latina tem peculiaridades próprias e o próprio fato de que tenhamos passado pela experiência de *um modo de produção colonial* modifica, em grande parte, as condições em que emergiram as classes sociais ⁽⁴⁾.

Entretanto, as classes sociais não se definem apenas por suas determinações estruturais. Elas se definem também pelas condições históricas e políticas, de sua constituição. Como vimos, no caso do Brasil, os comunistas jogaram um papel importante para a subordinação da classe operária à política populista que, no fundo, era um estilo político de dominação de classe. Isso quer dizer que a participação da classe operária no populismo tem raízes estruturais e tem raízes históricas e políticas muito particulares. Por exemplo: a *estrutura sindical oficial* foi implantada para controlar a classe operária. E apesar disto, e do significado que os sindicatos possam ter tido, vez por outra, para defender os interesses econômicos da classe operária, ela esteve, em sua grande maioria, quase sempre ausente dos sindicatos. Talvez se possa explicar esta ausência, como sugere Weffort, muito mais como manifestação de consciência dos seus interesses do que como ausência de consciência de classe. Pois os sindicatos organizados sob o controle do Estado quase sempre se limitaram (como até hoje), a um tipo de ação assistencial e administrativa, deixando de lado, a luta real pelos interesses materiais da classe. Dessa forma, não parece que os operários industriais tivessem sólidos motivos de classe para estarem ali presentes.

Pode ser esclarecedor ter em conta o resultado a que chegaram alguns autores que se dedicaram a estudar o comportamento operário, especialmente o comportamento dos operários industriais de origem rural. Brandão Lopes (1964) propõe o que chamou de "consciência de povo" para explicar o sentimento de solidariedade existente entre esses trabalhadores.. Este tipo de consciência seria típica do "grupo dos trabalhadores, símbolo impreciso que não inclui apenas os operários, mas os 'pobres', os que precisam 'trabalhar de dia para comer à noite'" (Lopes, 1970; p. 161). E ainda, adiante: "O que está surgindo entre estes operários de origem rural não é a consciência de serem indivíduos numa

situação nova' — a de trabalhadores industriais que os distingue da de outros grupos da população, mas sim um sentimento de revolta da classe baixa (pobres, povo), contra as classes superiores, que não distingue operários, pessoas em ocupações modestas e meeiros, camaradas, pequenos sitiantes, no campo" (idem, p 161-2).

Esses resultados são importantes para os problemas em discussão. Entretanto, creio que podemos avançar mais nas hipóteses sobre a natureza destes resultados. A realidade das contradições do capitalismo acaba por se constituir na determinante mais forte da vida do operário industrial de origem rural. Ceco ou tarde, apesar de seus sonhos de um dia poder voltar a seu lugar de origem, ele se dá conta de que a sua existência, a sua sorte, está em relação estreita com as condições urbanas de vida. E esta constatação redimensiona todo o sentido de sua própria experiência social e política.

Nesse contexto, pode ser importante pesquisar a existência, entre esses operários industriais, de elementos difusos de sua consciência, isto é, sinais de que, como classe,, eles começam a se dar conta de sua particularidade, embora esses elementos não possam ser ainda pensados em termos de uma ideologia lógica e estruturada. Esses elementos podem aparecer tanto em formas organizadas de participação social e política, como podem ter a característica de, simplesmente, dar um sentido "popular" a algumas formas espontâneas de participação social e política. Trata-se, nesse caso, da distinção que alguns autores fizeram entre consciência de classe e instinto de classe. Toda classe social tende a reagir na sociedade de uma maneira própria, a qual é definida a partir de sua situação objetiva na estrutura das relações de produção. O *instinto de classe* corresponderia aos esquemas não elaborados de reação de uma classe, frente a sua situação real na sociedade, a qual é definida pela posição na estrutura de produção e se encontra sempre presente na base de todas as manifestações espontâneas de classe. A *consciência de classe* corresponderia aos interesses estratégicos e de longo prazo, e que supõem, necessariamente, a definição de um projeto global para a sociedade. Enquanto o instinto de classe é subjetivo e espontâneo, a consciência é objetiva e elaborada. Supõe, portanto, a existência de formas de organização de classes capazes de dar conta dessa elaboração.

O interesse das observações acima está em que elas permitem jogar luz em torno da questão do populismo que, sendo um estilo político de dominação de classe que necessitava da legitimação das massas, acabou por oferecer uma alternativa mobilizatória para as classes populares. Aqui, a questão que tem de ser levada em conta está relacionada com a importância da ideologia dominante que, naturalmente, não é a ideologia que representa os interesses das classes dominadas. Quando as classes subalternas não estão organizadas, elas tendem a expressar a sua consciência social em termos espontâneos, isto é, em termos instintivos. No caso do populismo brasileiro, vários setores convergiram: em primeiro lugar, o populismo corresponderia, em certo grau, às reações instintivas das classes populares, pois dava-lhes uma identidade de dominados. Em segundo lugar, sendo uma ideologia e um estilo político próprios das classes dominantes, o populismo tratava de impedir o surgimento de uma autêntica consciência de classe entre as massas. Finalmente, é preciso considerar que a esses fatores se somou o fato de que a organização que aspirava a representar a classe operária, o PC, reforçou esta tendência ideológica dominante e, dessa forma, manteve a classe operária nos limites de sua consciência instintiva, sem ter colocado para essas massas a questão de sua organização independente diante do Estado e das próprias classes dominantes.

Não obstante isso, parece importante observar o comportamento da classe operária brasileira em algumas conjunturas concretas, pois esta observação pode nos conduzir à identificação de elementos novos para a análise. As conjunturas concretas se constituem no campo, propriamente, de ação livre de ação das classes na história. É nelas que as estruturas se reatualizam. Nesse sentido, o estudo do comportamento das classes populares nas conjunturas concretas pode ser interessante para indicar formas próprias dessas classes reagirem, não obstante, estarem desprovidas de uma *direção política de classe*, adequada com os seus interesses. Esse parece ter sido o caso da classe operária brasileira, na maior parte do período histórico compreendido entre 1945 e 1964, quando ocorre a greve dos 300 mil, em São Paulo.

4

A Conjuntura da Greve de 1953 *

1953 parece ter sido um ano de particular significação na história do período 1945-1964. A crise que permeou os últimos 20 meses do segundo governo Vargas — e que expressava ao nível do poder as transformações que haviam ocorrido após 30 e as exigências que elas impunham no sentido de uma readaptação do comportamento das classes e suas frações — encontra seu ponto de culminância na grande greve de março-abril em São Paulo, que paralisa os têxteis, metalúrgicos, marceneiros,

vidreiros e gráficos, e na reforma ministerial de junho. Esses dois acontecimentos teriam a capacidade de fazer quebrar o acordo político de diversas classes que incluía a *Política de Conciliação* de Vargas e resultaram, direta ou indiretamente, na tragédia de agosto de 1954. Dez anos depois, em 1964, a história se repetiria, mas então, não mais como tragédia, mas como farsa.

A acumulação de contradições propiciava uma atmosfera de luta intensa pelo poder naquele ano. Era o primeiro ano de declínio da produção industrial desde 1947: portanto, após um período produtivo de crescimento que se iniciara com a política indiretamente protecionista à indústria, através do mecanismo de controle cambial instaurado pelo governo Dutra.

Sem mais esconder as suas divisões, os grupos que historicamente detinham o poder desde 30, ora associando-se, ora opondo-se, decidem ir a um embate mais profundo. A direita se polariza na UDN dos liberais, em setores ortodoxos do PSD, na Igreja e na imprensa, especialmente para denunciar o que chama "as tendências continuístas" de Vargas. Este, a esta altura, por razões que se verá, já começava a sentir o seu isolamento das massas urbanas (camadas médias e trabalhadores), que haviam confiado nele nas eleições de 1950. Vargas então se apresenta como um candidato nacionalista e com um programa que incluía a Justiça Social.

Em fins de 1952 e começo de 1953, o Estado paternalista punha o rei a nu e denunciava as suas próprias insuficiências. A dissipação das reservas de moeda acumuladas durante a Guerra e o declínio da produção industrial assustavam a burguesia industrial que também não via com simpatia os apelos constantes de Getúlio às massas e a sua obstinação em denunciar os grupos econômicos internacionais.

As massas trabalhadoras — que, agora, obtinham melhores condições para atuar na vida política, com a liberalização da política trabalhista introduzida por Getúlio — insinuavam o seu aparecimento com greves isoladas e protestos contra a política econômica, que mantinha os salários congelados desde 1947 (até 1951) e contra as frequentes altas do custo de vida. São dessa época as famosas passeatas da "Panela Vazia".

O jornal "O Estado de São Paulo" (2-4-53) fala em um aumento do custo de vida da ordem de 41,5% para o período correspondente a janeiro de 52 a janeiro de 53. Outros estudos (Skidmore, 1967; Singer, 1965) dão para os anos de 50, 51, 52 os seguintes índices de crescimento da taxa de inflação: 11%, 11% e 21%, respectivamente.

Singer e Skidmore concordam que 1953 expressava um ponto píncaro da crise econômica que vinha-se manifestando. Entre 51 e 53, segundo esses autores, os preços das exportações brasileiras baixaram em 9%; o nível geral de preços internos subiu a 27% ao ano; em 1953, o saldo negativo do balanço de pagamentos era da ordem de US\$ 1 bilhão, enquanto, pouco antes, em 1950, o saldo favorável fora da ordem de US\$ 106 milhões, em conta corrente.

Os setores ligados aos grupos conservadores (agrário-exportadores) começavam a retirar seu apoio a Vargas, na medida em que pressentiam os "perigos" representados pela nova vitalidade demonstrada pelas massas populares e na medida em que as contradições em que vivia o país não davam solução a seus interesses. Um ministro de Vargas, Segadas Viana, do PSD, então na Pasta do Trabalho, em face das denúncias de continuísmo declara que sendo isso verdade, não hesitaria em conspirar contra o presidente. Essas denúncias aumentam após o desencadeamento das greves de março-abril, em São Paulo. "O Estado de São Paulo", representante da velha oligarquia rural e de setores liberais, aproveita então a ocasião para fazer aumentar os inimigos do velho presidente, acusando-o de provocar as greves para provocar um clima propício a um Estado Novo, e ao mesmo tempo, apelando para que as classes dominantes "tomassem medidas", antes que fosse tarde demais. Nessa visão, as classes populares apareciam como simples objeto da ação de outras classes.

Vargas, convencido então de que um acordo com a direita era cada vez mais inviável, dará impulso novo à sua política populista-nacionalista, tentando então conquistar efetiva e definitivamente as classes populares: apela para os trabalhadores para a necessidade deles se unirem em tomo de seus sindicatos e de suas reivindicações, e a seu lado. Diz textualmente (1-5-51): "Necessito de vosso apoio coletivo, estrutificado, consolidado na organização dos sindicatos, para que meus-propósitos não se esterilizem.. . (. . .). Chegou a hora, por isso mesmo, do governo apelar aos trabalhadores e dizer-lhes: *Uni-vos todos em vossos sindicatos, como forças livres e organizadas. As autoridades não poderão restringir vossa liberdade nem utilizar-se da pressão e da coação.* O sindicato é a vossa arma de luta, fortaleza defensiva, vosso instrumento de ação política" (Vargas, 1952, grifos meus, JAM). De outra parte, preocupado com o volume de remessas para o exterior e em face de uma grave crise com o balanço de pagamentos, Vargas começa a criticar os grupos econômicos internacionais e a anunciar

que estudará medidas para controlá-los.

É preciso ter em conta ainda, que as transformações porque havia passado o país desde a Guerra (acentuada industrialização, acentuada urbanização; emergência de novos grupos sociais: industriais, trabalhadores e as camadas médias) traziam para o centro das discussões políticas problemas relacionados com a política econômica e social do governo.' A campanha da Petrobrás — exploração de recursos pelo Estado — mobilizou e dividiu as opiniões, radicalizou áreas importantes, como os militares. Também o debate sobre o desenvolvimento econômico — estabilização vs. privatização — serviria para mobilizar as massas urbanas e abrir entre elas algumas divisões importantes.

É em meio a esse quadro que irromperá, em São Paulo — alguns dias após Jânio Quadros eleger-se prefeito, em oposição ao candidato de Vargas, por esmagadora maioria de votos, entre os quais, grande parte proveniente dos trabalhadores — a Greve dos 300 mil. Durante 29 dias os trabalhadores se manteriam em greve, reivindicando: 1) aumentos salariais; 2) medidas para fazer baixar o custo de vida. A greve será pontilhada de choques entre a polícia e os trabalhadores-, mas resulta em importante vitória para o movimento operário, terminando somente após serem soltos os trabalhadores presos durante a "parede". Os grevistas recusam as propostas de aumento dos patrões, negam-se a dialogar em torno das propostas conciliatórias feitas pela Justiça do Trabalho (representante do Governo Federal) e forçam o governador do Estado a intervir como mediador do conflito, quando a ele caberia reprimir o movimento. Quanto ao movimento operário em si, a greve derrota na prática os representantes do Ministério do Trabalho que sustentavam a necessidade de acordos sem conflitos entre as partes, mas deixa alguns problemas internos de organização sem solução. .

Os líderes do movimento ignoram um decreto do tempo do governo Dutra, reeditando outro do tempo do Estado Novo, que impedia as greves. Ao mesmo tempo, o movimento dá início à existência de uma estrutura sindical paralela à oficial, que resulta da implantação durante a greve de uma Comissão Geral de Greve, que funciona acima dos sindicatos envolvidos na questão, e que algum tempo depois resultaria no Pacto da Unidade Intersindical (P.U.I.), que nos anos posteriores teria importância vital para o movimento operário brasileiro.

A Conjuntura Econômica

Com as limitações que impôs aos países industrializados, propiciando oportunidade para uma intensificação do mecanismo de substituição de importações, a Guerra fez surgir no Brasil uma curiosa situação financeira: o balanço de pagamentos apresentou um ponderável saldo positivo. Um certo número de países aliados — entre os quais a Inglaterra — devia ao país quantias elevadas. Além disso, ocorrera no mercado internacional nos anos que sucederam ao fim da guerra uma modificação no preço dos produtos, o que viera beneficiar o café. Este fato, mais o crédito internacional de que gozava o Brasil na época, permitiram a elevação da taxa cambial. Daí o saldo favorável de US\$ 106 milhões em 1950, o que representava o primeiro superavit desde 1947.

A partir do fim da Guerra as quantias devidas ao Brasil passaram a ser pagas pelos países aliados. Disto deveria ocorrer a queda do câmbio, isto é, a valorização da moeda nacional. Todavia, aceitar a valorização do cruzeiro implicaria na queda dos preços dos produtos importados, ou em outras palavras, a concorrência estrangeira aos produtos da nascente indústria nacional. Deliberadamente ou não, o certo é que o forte "governo de Dutra instaurou o monopólio estatal do câmbio, cujo resultado acabou sendo uma política protecionista à indústria. Entretanto, o controle estabelecido por Dutra para o câmbio vinha suceder a um período de "laissez-faire" econômico, cujos resultados são apontados por Skidmore (1967) da seguinte maneira: "As reservas cambiais que, em 1945, totalizavam US\$ 708 milhões foram virtualmente dissipadas depois de um ano e meio; os pequenos saldos externos que sobraram estavam em contas bloqueadas, reduzido o ativo líquido no exterior a apenas US\$ 92 milhões, no fim do primeiro trimestre de 1947". Isto porque as condições econômicas favoráveis e a política de "laissez-faire" levadas adiante por homens como o ministro Correia e Castro, da Fazenda, haviam estimulado a satisfação da procura interna através de um alto nível de importação (entre 1945-47), o que se chocava com a fraca capacidade de países como o Brasil para manter uma alta taxa de importações.

Ante a necessidade de escolher entre desvalorizar o cruzeiro, e preferir o controle cambial, o governo Dutra ficou mais uma vez com a última, implantando um drástico sistema de importações, ao mesmo tempo que mantinha em alta a valorização da moeda brasileira. Uma vez que a procura interna continuava elevada, havia forte incentivo à expansão da indústria brasileira. Além disso, a

manutenção de um alto valor oficial do cruzeiro agia como desestímulo do setor de exportação, desviando assim os investimentos para a produção destinada ao mercado interno (Furtado, 1970). Este é o processo ao qual se dá o nome de *industrialização espontânea*. Ao fim do período Dutra, o país ostentava um índice de crescimento industrial ponderável, tendo-se verificado entre 1945 e 1951, um crescimento de 6% ao ano do produto real total, e 3,2% do produto per capita (Skidmore, 1967; Singer, 1965).

Como resultado da política cambial do governo Dutra — que era justificada pela necessidade de combater a alta de preços — ocorreu uma redução relativa das importações dos produtos manufaturados acabados, redundando isso num estímulo à importação de bens de capital e matérias-primas. “O setor industrial era assim favorecido duplamente: por um lado, porque a possibilidade de concorrência externa se reduzia ao mínimo através do controle das importações; por outro, todas as matérias-primas e os equipamentos poderiam ser adquiridos a preços relativamente baixos” (Furtado, 1970; p. 217-232).

Disto tudo, o país obteria como resultado: 3% e 3,5% de taxa de crescimento anual do produto real per capita, respectivamente para os períodos de 1946 a 1949 e 1949 a 1954; 16% e 15% na taxa de crescimento da poupança interna, respectivamente para os períodos de 1949-51 e 1952-54.

O crescimento inesperado de reservas cambiais entre 1949 e 1951 deu aos empresários brasileiros a oportunidade de importar grande parte de equipamentos de base. Aliás, vale lembrar que o sistema de licença de importação instituído em 1947, pelo controle cambial, havia instituído uma bonificação para os materiais e equipamentos essenciais para a industrialização, o que veio permitir um novo período de substituição de importações por produtos manufaturados no país. Mas veio provocar também uma nova onda de importações entre 1951 e 1952 (temia-se então que o agravamento da guerra da Coreia impedisse o país mais tarde, de comprar os equipamentos de que necessitaria; daí a implantação de uma política de implantação de estocagem de equipamentos).

Segundo os dados coligidos por Skidmore (1967), a importação de mercadorias em 1951 e 52 totalizou 1,7 bilhão de dólares em cada ano. Este autor observa que “à altura de 1952, a tensão no balanço de pagamentos era mais forte do que havia sido na década de 40. A melhoria da relação de trocas no Brasil (no mercado internacional) e o grande número de sua receita cambial eram mais que anulados pelo aumento das importações” (1967, p. 81 e ss.). Os resultados logo se fizeram sentir: já em 1951 houve um déficit de 468 milhões de dólares e em 1952 (Vargas era outra vez presidente), o déficit alcançou o alarmante nível de 707 milhões de dólares. Ao final de 1952, a situação no balanço de pagamentos era muito crítica: o saldo negativo era de US\$ 612. milhões. Em junho de 1953, — portanto à época da Greve dos 300 mil em São Paulo — o saldo negativo totalizava mais de 1 bilhão de dólares. De outra parte, o nível dos preços internos subia assustadoramente, criando tensões e elevando o custo de vida a níveis insuportáveis para os trabalhadores e as camadas médias. O aumento dos preços internos, segundo Furtado (1970), ocorria porque, estabilizada a taxa de câmbio, o custo dos equipamentos se reduzia em termos reais para o empresário. *Mas a coletividade pagava os custos dessa política*. O país começava a conhecer rápidos aumentos de preços. Furtado dá para o período compreendido entre 1949 e 1952 um crescimento nos índices de custo de vida da ordem de 50%.

Cabe assinalar que o processo inflacionário no período em análise é, fundamentalmente, uma luta pela redistribuição da renda real, e a elevação do nível de preços é apenas uma manifestação exterior desse fenômeno. A questão que se coloca é: por que a elevação dos preços do café no mercado internacional não redundou em aumento dos serviços e bens oferecidos à coletividade? Ao que parece (Furtado, 1970), a elevação dos preços de exportação do café deve ter tido repercussão imediata na renda monetária dos grupos a ela ligados (agrário-exportador), pois o produto exportado criou uma maior massa de renda. Isto equivaleria a dizer, nos termos da época, um aumento da capacidade de compra do exterior em função dos interesses de consumo da coletividade. Todavia, o país estava debaixo de uma política de controle cambial que impediu o aumento da oferta de bens de consumo adquiridos no exterior e/ou de serviços. Pode ser útil reproduzir aqui trechos do livro de Furtado (1970), a respeito dessa questão: “O incremento da renda disponível para consumo pressiona sobre a oferta relativamente inelástica de manufaturas, e cria um clima de antecipações extremamente favorável no setor industrial. Este recorre ao sistema bancário em busca de recursos para expandir suas atividades. O sistema bancário, cuja liquidez se havia elevado com a expansão da renda no setor exportador, cria os meios de pagamentos necessários para que a indústria e o comércio expandam suas atividades.

A expansão da renda monetária no setor ligado ao mercado interno pressiona igualmente sobre o nível geral dos preços. Como os preços de exportação independem do nível de procura monetária

dentro da país, o processo inflacionário tende a anular o ganho da distribuição da renda, proporcionado ao setor exportador pela melhora nos termos do intercâmbio. (. . .) A dificuldade que existe em deter a alta de preços numa inflação neutra, de circuito anual, está em que a estabilização teria como resultado aquilo contra o que o sistema econômico está se defendendo, isto é, a redistribuição da renda real. *Em qualquer dia ou mês do ano, existe um grupo que está na frente da luta pela redistribuição da renda*”, (pp. 228-229, grifos meus, JAM).

Torna-se assim claro como os grupos industriais nascentes beneficiaram-se com a política indiretamente protecionista à indústria, através dos mecanismos de controle cambial. É claro que os grupos ligados ao setor agrário-exportador mais ortodoxos deviam perceber essa política como prejudicial aos seus interesses. Quanto às classes populares, as referências feitas ao processo inflacionário e às altas do custo de vida são suficientes para indicar que tipos de reação a situação econômica da época começava a provocar nos grandes centros urbanos. Os resultados do que está apontado nas linhas acima seriam: de um lado, a nascente burguesia industrial começará a se conscientizar da necessidade de ter o aparelho do Estado em suas mãos, de forma que possa trazer para o lado de seus interesses os recursos disponíveis; de outro, as massas urbanas, especialmente os trabalhadores, desencadearão movimentos de protestos contra a situação reinante, os quais incluíram o recurso da greve.

A Conjuntura Política

Em 1945, a queda de Vargas vinha acompanhada de várias mudanças na vida social e política do país: após a industrialização e com a acentuação deste processo, o país verá emergir uma nascente burguesia industrial, uma numerosa classe trabalhadora e as crescentes camadas médias, sempre prontas para emprestar apoio ao grupo político que mais promettesse. A democratização do país é, em grande parte, consequência da aspiração desses novos setores em participar da vida política. A burguesia industrial ainda não definiu sua política, mas ela aspira, sem o saber, ao poder. As classes populares, cansadas do período da ditadura de Vargas e pressionadas pela alta do custo de vida, querem experimentar a ação que, até então, pouco lhes estivera ao alcance.

A ascensão de Dutra, após 45, servirá para apressar as contradições inerentes ao processo político que se iniciara em 1930. Conscientemente ou não, o governo Dutra resulta ser protecionista à indústria. Em 1951, nas eleições, os setores agrário-exportadores aceitarão a aliança com Vargas, (via PSD), esperançosos de, senão voltar ao poder, ao menos dele não estar ausentes.

O governo Dutra resultará de ser completamente adverso à classe operária, pois além do congelamento salarial, o governo iniciará uma política de repressão ao movimento operário, denunciando o que chamou a infiltração de “extremistas” nos sindicatos oficiais. Além disso, o PCB será posto fora da lei. As tímidas tentativas deste partido para organizar uma central operária independente são reprimidas via pelegos do Ministério do Trabalho, numa primeira etapa. E depois, proibidas pelo governo. Então, os comunistas definirão sua estratégia política em termos de enfrentamento de classes, propondo a derrubada do governo. Entretanto, isto será apenas temporário, durará pouco menos de 3 anos. E saindo, como saía, de uma política recente de colaboração e mesmo de participação em parcelas do poder, não encontrarão apoio das massas. Por outro lado, é ainda durante o governo Dutra que é assinado o Decreto-Lei n.º 9.070 (15-4-46), na esfera do Ministério do Trabalho, que praticamente colocava a possibilidade de greve nas mãos daquele aparato do Estado. No seu artigo 1.º, o diploma assinalava: “*Os dissídios oriundos das relações entre empregadores e empregados serão obrigatoriamente submetidos à conciliação prévia ou à decisão da Justiça do Trabalho*”. Em seu artigo 9.º: “É facultado às partes que desempenham atividades acessórias, depois de ajuizado o dissídio, a cessão do trabalho ou o fechamento do estabelecimento”. Isto quer dizer que o Estado estava implantando, assim, um novo dispositivo de controle sobre a classe operária, de forma a mantê-la subordinada também quanto à luta econômica.

O governo Dutra não será capaz de satisfazer as massas urbanas. O resultado será, para surpresa e perplexidade dos liberais, a volta de Vargas ao poder, através das urnas. Vargas fizera-se ponto de convergência dos interesses diferenciados. Agora, em face das frustrações resultantes do governo Dutra, alcançaria o poder apresentando-se como o porta-voz das crescentes massas que não tinham canais para expressar suas aspirações ao nível político. Por isso mesmo, Vargas apresentou-se como um candidato desvinculado da política antioperária do governo anterior (Singer, 1965). Mais tarde, no poder, Vargas estimulará a organização sindical, começando com a abolição do *atestado de ideologia*, que havia sido implantado no tempo da repressão do governo Dutra.

Isso terá como consequência um período de eleições sindicais “menos” controladas pelo aparelho estatal. Este período coincide com a fase em que o Partido Comunista Brasileiro está tentando se infiltrar na estrutura sindical oficial, com algum sucesso. Mudara a conjuntura e o PC retornara à sua política de colaboração de classes e, por isso, não via nenhum problema em colaborar com a estrutura sindical controlada pelo Estado. Será uma etapa difícil para a oposição — representada pelo PCB — na vida do movimento operário. Em muitos sindicatos, essa oposição se limitará a conduzir as massas trabalhadoras simplesmente a não votarem, em face da existência de chapas únicas ou oficiais para as eleições. Convém lembrar, finalmente, que entre os períodos compreendidos entre 1940 e 1953 o operariado industrial brasileiro, considerados os números absolutos, praticamente dobrara, isto é, passara de 781.185 pessoas para cerca de 1.500.000 (Telles, 1962).

Vargas altera, portanto, a política do Estado quanto à classe operária. Mas não o fará no que diz respeito à burguesia industrial. Será mantida a política de confisco cambial. Então, os empresários, trazidos para o centro das disputas políticas, passarão a lutar pelo controle do poder ou de setores dele. Toda a discussão sobre um projeto de desenvolvimento para o país — quando se opunha estatização à privatização — é disto uma consequência. Aliás, esta discussão polarizou a nação por algum tempo, exercendo talvez função de dividir as opiniões dentro, do Exército. Os militares nacionalistas, então, começaram a perder a sua velha influência. Isto significaria para Vargas o começo de seu fim. Esses militares, como Estilac Leal, tinham sido, por assim dizer, os fiadores da posse do velho ditador quando a UDN tentara impedi-la através de uma ação na Justiça Eleitoral.

É preciso considerar ainda que, em virtude do aprofundamento da Guerra Fria entre a U.R.S.S. e U.S.A., o Partido Comunista mantinha então uma política de absoluta intransigência contra o governo de Vargas. Denunciava o presidente como comprometido com o imperialismo americano por causa da assinatura da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em que se pese as posições que Vargas vinha assumindo, denunciando os grupos internacionais, em sua ganância em enviar lucros para o exterior. Ao se decidir por uma política nacionalista, Vargas lançará o país, como nunca havia antes acontecido, no debate sobre a influência dos capitais estrangeiros e o imperialismo. A campanha pela implantação da Petrobrás (monopólio estatal da exploração do petróleo) empolgará largos setores das classes populares, especialmente os trabalhadores. Convém dizer que isso era, em parte, consequência da ampla campanha que o PC e a esquerda em geral (como os socialistas) desenvolviam para que o país adotasse, não um sistema de companhia de economia mista, mas o sistema de estatização completa. Identificava-se, à época, estatização com socialização, e perdia-se de vista que, assim, quem se fortalecia era o Estado. A UDN é então o partido da oposição e, embora não seja o partido por excelência da burguesia industrial — que vinha agora para o centro das disputas políticas — alcança expressar a oposição desses setores, que viam diante de si o espectro da crise econômica, agravada pela seriedade da questão do balanço de pagamentos.

De outra parte, os setores agrário-exportadores aumentam seus protestos contra a política de confisco cambial. A imprensa — no seio da qual se deve lembrar o papel jogado por Lacerda — será então um dos principais instrumentos utilizados para jogar a opinião pública contra Vargas, O tom nacionalista de Vargas, os seus apelos constantes à massa operária assustarão a burguesia e todos os setores conservadores.

A *Política de Conciliação* de Vargas fracassava. Polarizados pela reação direitista, os militares começarão a demonstrar a sua inquietação. Então, isolado pela direita, perdendo sempre sua velha autoridade e já contando com a oposição dos setores ortodoxos do PSD dentro do seu governo — Segadas Viana, ministro do Trabalho, expressara esta posição — Vargas se dirigirá na direção das massas populares. Em princípios de 1953, encontramos seu governo prometendo a revisão do salário mínimo, congelado desde 1951. Apesar disto, a eleição de Quadros, em São Paulo, servirá para demonstrar que o presidente não detinha mais seu poder de magnetizar a massa como antes.

A receita cambial declinara mais ainda em virtude do alto nível de importações já assinalado. Já em 1953, apareceria a crise na capacidade de importação de equipamentos industriais, até porque se chegara ao fim do processo de transferências dos lucros da produtividade geral (ainda basicamente impulsionada pela exportação do café), para as mãos dos empresários (Furtado, 1970). Declina a produtividade industrial sensivelmente (Skidmore, 1967). Enquanto aumentam os preços internos, a imprensa faz carga contra Vargas. A “Folha da Manhã” (4-2-53) tenta analisar a situação propondo que a crise consistia em a população consumir mais do que o país era capaz de produzir. O apelo se dirige contra a intenção do governo de aumentar os salários.

Em janeiro de 53, irrompe no Rio de Janeiro, um movimento grevista dos trabalhadores têxteis, que reivindicam um aumento salarial da ordem de 60%, obtendo 42%. Imediatamente, as Associações Comerciais e Industriais começarão a manifestar sua preocupação com a política econômica e o

benelácito do governo em relação ao movimento sindical. Esta manifestação tem um claro caráter de classe, pois o que objetivam os empresários é influir na posição de seus representantes que, segundo denunciam, ainda estão ligados à "política demagógica do governo".

A greve trará como consequência a abertura do debate em torno do aumento salarial para os trabalhadores. Vargas anuncia sua intenção de elevar os salários. Isto agrava a crise no interior do próprio governo, pois o ministro da Fazenda, Horácio Lafer, engajado em uma política, de estabilização, se opõe ao aumento. Enquanto isso, o diretor do Banco do Brasil mantém uma política de abertura de créditos para os industriais.

Um episódio serve, em fevereiro de 1953, um mês antes de irromper a greve dos 300 mil em São Paulo, para elevar o termômetro do ambiente político: Negrão de Lima (PSD, líder de Vargas no Parlamento), possivelmente almejando uma pasta no governo, faz um discurso no dia 11, denunciando a "falência das elites no país". Esse tom poderia ser entendido num duplo sentido: podia referir-se aos homens dos diversos partidos que apoiavam Vargas, ou à posição udenista. A imprensa conservadora e a UDN interpretam obviamente o discurso a seu favor. E denunciam Vargas à nação, como desejando servir-se das massas populares para uma manobra continuísta. Dias após o discurso, Lima tem de voltar atrás e declarar que fora mal entendido. Diz que apenas visava trazer as elites, entre as quais a oposição, para perto do governo. Vargas embrenhava-se por mais contradições.

Em 6-03-53, Vargas recebe, forçado pelas circunstâncias, em seu palácio, os representantes dos trabalhadores da indústria eletrônica de São Paulo. Este setor começava a paralisar suas atividades em face de novas restrições à importação de matéria-prima para as indústrias operarem. A crise econômica afetava tanto a burguesia industrial como a classe operária. Cinco dias depois, em São Paulo, uma manifestação de rua dos trabalhadores têxteis abrirá um dos mais formidáveis momentos de luta de classe operária no país. Os trabalhadores têxteis de São Paulo apresentam as suas reivindicações da seguinte maneira:

- 1) Segundo os dados oficiais, o custo de vida subiu 19,8% entre janeiro de 1952 e janeiro de 1953; mas estes dados não correspondem à realidade dos fatos, pois se baseiam nos preços da COAP (organismo oficial mantenedor dos preços dos bens de consumo), que está falida na luta contra o aumento do custo de vida;
- 2) Os trabalhadores desejam um acordo com seus patrões para não necessitarem ir a medidas extremas.

Como se verá, abria-se, assim, o conflito de classes até então subentendido na luta pela redistribuição da renda, da qual a inflação era, como demonstra Furtado, apenas um aspecto. Os trabalhadores iniciam seu movimento timidamente, mas o desenvolvimento da luta que duraria um mês inteiro, demonstrará que eles estavam tentando definir, pela primeira vez, depois da democratização do país, uma linha na direção de uma estratégia própria de luta. Os fatos mostrariam que sua timidez inicial acabaria sendo superada pelo curso do movimento, para levar a massa dos participantes a conflitos com as forças repressivas, mesmo quando os líderes do movimento reprimiam essa tendência.

A oposição, agora mais hábil para mobilizar os militares ao seu lado, se aproveitará dos acontecimentos utilizando-se amplamente da imprensa que, a esta altura, dá mais "liberal" à mais conservadora, opunha-se a Vargas. Este, agora, com o imenso movimento grevista de São Paulo, sente-se mais isolado.

Como consequência disso, ainda em 1953, Vargas voltará a sua atenção completamente para a classe operária. A reforma ministerial que introduzirá em junho, como consequência direta da Greve de São Paulo, trará para o centro do cenário político a figura de Jango Goulart, novo ministro do Trabalho.

Jango imediatamente proporá um aumento de 100% nos salários dos trabalhadores. Isso provocará a reação aberta dos militares mais tarde, e esta reação será a primeira de uma série em cadeia cuja culminância seria a tragédia de agosto. Além da reforma ministerial, a crise política desencadeada com a greve de São Paulo redundará ainda na reforma cambial, abolindo o governo o confisco — o que significava atender a uma reivindicação dos setores agrário-exportadores — e indiretamente prejudicando ainda mais a indústria. Ao mesmo tempo, Vargas no seu discurso do dia 31 de dezembro de 1953 denunciará categoricamente os grupos econômicos internacionais que sugavam a economia do país. Fazia assim uma tentativa de conquistar definitivamente as massas populares. Todavia, a tempestade já estava armada. Imensas pressões — entre as quais se deve contar as do imperialismo americano — foram organizadas de todos os lados. Em agosto de 54, Vargas suicida-se.

A Greve dos 300 Mil

1953 faria o país conhecer o mais significativo de uma série de movimentos desencadeados pelos trabalhadores, que vinham acumulando forças por um longo período. Agora, uma conjuntura política de crise, associada à crise econômica abriria caminho para um novo estilo de conflito. Não é demais lembrar que estamos em plena Guerra Fria, em meio à Guerra da Coréia. O PCB se encontra integrado no conflito mantendo sua obstinação em denunciar o governo "entreguista" de Getúlio, realizando uma política de penetração na estrutura oficial dos sindicatos, ao mesmo tempo. Convém assinalar, sem pôr em questão a sua subordinação ao Estado, controlado, em parte, pelo próprio Vargas, ainda que o movimento de 53 suceda a uma série de greves no ano de 52, que um autor afirma ter mobilizado cerca de 1 milhão de trabalhadores em todo o país (Telles, 1962).

No dia 10 de março, em obediência à decisão tomada em uma assembleia geral realizada no âmbito do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil, 8.000 trabalhadores realizam uma manifestação no centro de São Paulo, com a finalidade de apresentar ao sindicato patronal um memorial de reivindicações.

Durante a manifestação discursa o líder comunista Antônio Chamorro, destacando que os têxteis desejam se entender diretamente com seus empregadores e que, em seu movimento, agirão pacificamente. O líder rechaça a acusação da Delegacia Regional do Trabalho — órgão que representa o Ministério do Trabalho — que classificara a manifestação, em sua fase de preparação, como movimento visando à "agitação" social. Os trabalhadores decidem entregar um memorial de reivindicações a seus empregadores no qual não esclarecem a percentagem de aumento que esperavam obter. *Enfatizam a necessidade de acordo em torno do aumento salarial, como acontecera em 1945, 46 e 52.* E solicitam um encontro para reiniciar os entendimentos. Enfatizam ainda que o sindicato tem "feito o possível" para ajudar os operários, "garantindo-lhes melhor existência ante a alta do custo das utilidades". Mas os trabalhadores visam um alvo, todavia, desde os princípios de seu movimento: o Estado, representado pelo governo federal. Acusam a Delegacia Regional do Trabalho, órgão estatal, de desconhecer inteiramente a situação operária, não levando em conta que grande parte dos trabalhadores não consegue receber mais que 1.584,00 cruzeiros mensais (valor da época), o que representava pouco mais que o salário mínimo no país, na ocasião. Os trabalhadores rechaçam, também,, os índices oficiais de aumento do custo de vida, afirmando que eles estão viciados, de forma a impedir que os aumentos a serem concedidos equiparem os salários com o custo de vida. Ainda neste caso, o visado é o Estado: a crítica se dirige contra a COAP. Assim, as lideranças do movimento, ligadas ao Partido Comunista, dirigem os protestos contra o Estado, representado por Vargas, contra o qual o PC lutava no momento. Quanto aos empresários, ou seja, a classe que lhes é diretamente oposta, restringem-se a propor-lhe o acordo.

A resposta dos empresários ao acordo é dada na mesa-redonda que fora proposta pelos trabalhadores: em face da reivindicação de aumento da ordem de 60% pelos operários, negam-se a prosseguir os entendimentos. Um comunicado do Sindicato da Indústria Têxtil, distribuído à imprensa chega a afirmar que algumas das empresas não poderiam conceder aumento nenhum, em face da crise econômica. A esta negativa de entendimentos, os trabalhadores se decidem pela greve. No dia 26 de março, realiza-se uma assembleia de massa, em um próprio do Estado, que decide ir à greve a partir do dia seguinte. Todavia, neste mesmo dia, outra categoria de trabalhadores, os metalúrgicos, também realiza a sua assembleia, decidindo-se ir à greve. Apresentam para ela duas razões: 1) solidariedade com os tecelões; 2) as reivindicações apresentadas aos patrões também não foram atendidas. Começava a se esboçar assim, os dois pilares do grande movimento.

Controlados pelo PC e outros pequenos partidos de esquerda, como o PSB, os poderosos sindicatos dos têxteis e dos metalúrgicos desencadeavam o movimento conjuntamente, e, aparentemente, obedecendo a uma tática de esgotar os meios "legais" primeiro, para depois ir ao conflito aberto. Entretanto, cabe assinalar, que três dias antes de ser decretada a greve pelos sindicatos, grupos isolados de trabalhadores já tinham iniciado o movimento por sua própria conta. Por esta razão, na assembleia dos têxteis, uma das decisões tomadas é a de protestar ao governador do Estado contra a repressão violenta iniciada pela polícia contra os grevistas que se anteciparam ao próprio sindicato. Deve-se acrescentar que nas assembleias dos trabalhadores é decidido que os empresários deveriam ser *advertidos* de que os trabalhadores não aceitariam terem seus salários descontados em virtude das horas de trabalho perdidas com a realização da manifestação pública do dia 10. De outra parte, acrescentam à reivindicação de 60% de aumento salarial, que sua volta ao trabalho ficaria condicionada à não-dispensa de qualquer trabalhador por motivo de greve. Aproveitam também para manifestar sua solidariedade aos médicos, funcionários do governo estadual, que na ocasião realizam

uma jornada de protesto, visando a um aumento salarial.

Um balanço apresentado pela imprensa no primeiro dia de greve (Folha da Manhã; 27-3-53) indicava que os 30 mil têxteis e 30 mil metalúrgicos já haviam abandonado o trabalho, de um total oficial de 120 e 96 mil trabalhadores de cada categoria. Ao mesmo tempo, logo de início, aparecem os choques entre trabalhadores e a polícia, mobilizada pelo governo estadual para reprimir o movimento. Os grevistas estão organizados em grupos de *piquete* integrados por 30 a 40 operários cada um, que percorrem as fábricas da cidade, desde as 5 horas da manhã, conclamando seus companheiros a aderirem. A greve ainda não é total. De sua parte, a polícia tenta impedir os piquetes. Daí resulta os primeiros choques entre policiais e trabalhadores dos quais, segundo o noticiário da imprensa, saem feridos alguns policiais e presos alguns trabalhadores.

A repressão do movimento está entregue ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do Estado de São Paulo, que anunciara pela imprensa que a "ordem pública" seria mantida rigorosamente, "ficando proibidos desfiles, passeatas e reuniões, não permitidas pela lei". Anuncia também que garantirá a qualquer operário que não desejar aderir ao movimento, o direito de trabalhar, e principalmente que garantirá a propriedade privada:

Entretanto, em face dos conflitos de rua com os grevistas, o DOPS decide-se a solicitar o auxílio da Força Pública do Estado (milícia estadual), para a repressão da "agitação". O Secretário da Segurança Pública do Estado então dirigirá um apelo ao comando do II Exército, sediado na cidade, para que auxilie na repressão ao movimento. Os militares manterão, todavia, uma posição de observadores atentos. Dias depois, toda a polícia civil e armada do Estado é integrada na repressão ao movimento e o Batalhão Policial do Exército entra de prontidão.

Assim, enquanto os próprios líderes da greve eram surpreendidos por uma antecipação do movimento, aparentemente resultante de uma tendência espontânea no seio da classe, de sua parte, as classes dominantes saberão rapidamente como se utilizar do aparelho repressivo para tentar impedir que a greve cresça em tamanho e força. Na esfera do governo federal, enquanto Vargas evita interferir pessoalmente, seu ministro do Trabalho, Segadas Viana, que representa o PSD no governo, anuncia que uma comissão estava sendo nomeada para estudar um aumento do salário mínimo a partir de 1955. Recorde-se que o próprio Vargas anunciara no início do ano sua intenção de conceder aumento salarial. Chocavam-se assim, no interior do governo, as tendências diferentes que Vargas tentava unir.

O conflito entre as classes se expressará primeiro com o Estado. Nos primeiros dias da greve, a Delegacia Regional do Trabalho tentará classificar a greve de ilegal, instaurando um processo a ser julgado pela Justiça do Trabalho, nos termos do Decreto 9.070, dos tempos de Dutra.

A reação dos líderes grevistas também se dá ao nível da ordem jurídica vigente. Eles rechaçam o caráter ilegal da greve, declarando ilegal o diploma que se quer utilizar para impedir o movimento. De fato, o Decreto 9.070 era uma reedição de uma peça do tempo do Estado Novo. Por isso., os líderes operários do PC alegam a inconstitucionalidade do decreto. A greve é mantida e novos setores anunciam a sua adesão: gráficos e marceneiros comunicam que apenas esperam a resposta dos empresários quanto ao aumento que solicitaram. Se ela for negativa, se decidirão pela greve. No dia 28-3-53, pela primeira vez, a greve transcende São Paulo e atinge o subúrbio de Osasco, onde trabalhadores de quatro empresas aderem ao movimento (metalúrgicos). Um balanço apresentado então pelos líderes grevistas aponta os seguintes dados: estão paralisadas 31 indústrias metalúrgicas, totalizando 25 mil grevistas nesse setor; 50 empresas têxteis estão fora de funcionamento, totalizando 80 mil grevistas.

Cabe observar que, naturalmente, o movimento ganhara amplitude muito maior do que a capacidade de controle sobre as bases operárias que tinha o PC. Isso se deveu, certamente, ao fato de que, bem ou mal, não obstante sua estratégia de colaboração de classes, os representantes desse partido tinham se decidido pela greve. Esta implicava em uma ação que simbolizava os trabalhadores como classe, e, dessa forma, jogava-os em um processo político que não podia ser completamente controlado pelas lideranças. Daí surgirem, mesmo independente da orientação dos sindicatos, algumas manifestações espontâneas, como o início da greve antes mesmo da data marcada pelas lideranças.

A essa altura, o movimento estava organizado da base à cúpula da seguinte maneira: a) pequenos grupos de operários mantinham os piquetes; b) cada sindicato apresentava ao nível de suas diretorias uma *comissão de greve* (que se distinguia dos sindicatos) integrada pelos líderes do movimento; c) a Comissão Central da Greve mantinha o comando geral do movimento,

desempenhando uma função que transcendia a todos os sindicatos envolvidos no conflito.

Após a primeira semana da greve, os empresários começam, a demonstrar o seu temor ante os rumos do movimento. Os trabalhadores apresentavam-se mais organizados do que se poderia supor em princípio. Então, cabe a estes recusar uma proposta dos primeiros: rechaçam a oferta de aumento entre 20 a 30%. A imprensa, refletindo a melhor posição das classes dominantes, denuncia a existência de um plano de intervenção federal em São Paulo, utilizando-se como argumento para isso, a greve. A "Folha da Manhã" (29-3-53) apresenta, em editoriais, o temor que afirma ter constatado entre as classes dirigentes e conservadoras, de que o país está na eminência de uma *revolução social*. Também a Polícia Política apresenta na imprensa comunicados denunciando a participação comunista nas greves e classificando-a como uma preparação para a revolução. Os partidos políticos tradicionais apresentam, na Câmara Municipal de São Paulo, o temor de que o movimento se prolongue, gerando "agitação". Todavia, o governador do Estado, Lucas Nogueira Garcez, será forçado em virtude de sua posição, a receber os trabalhadores que protestam contra o aumento do custo de vida. No ambiente populista do Brasil da época, o governador não terá dúvidas em responder aos trabalhadores: "Compreendo o seu drama, pois também sou do povo".

Os últimos dias de março verão o movimento crescer e, ao mesmo tempo, adquirir seu caráter de conflito político de classe, embora não na sua plenitude. Os trabalhadores nas indústrias de marcenaria e carpintaria rechaçam a proposta de um aumento de 20% oferecido pelos empresários e aderem ao movimento: No dia 3 de março, aparentemente sem autorização prévia das diretorias dos sindicatos envolvidos na greve, irrompe na tradicional Praça da Sé — que aos tempos do Estado Novo fora o palco de violentos combates entre comunistas e integralistas — uma manifestação de massa, cuja participação, a imprensa não consegue calcular.

A Polícia Política e os cavalarianos da Força Pública, mais componentes do Corpo de Bombeiros e da Guarda Civil intervêm para reprimir a manifestação, usando de extrema violência. Aos golpes de cassetetes e às bombas de gás lacrimogêneo, os manifestantes respondem com golpes de pedaços de pau (feitos de caixotes de fruta) e pedras.

A luta da rua dura das 16 às 20 horas e centenas de prisões são feitas. Uma comissão de deputados estaduais que tenta intervir na manifestação, seja para solidarizar-se com os manifestantes, seja para tentar manipulá-los — estão presentes elementos dos três grandes partidos populistas do Estado, PTB, PSD e PSP —, também entram em choque com a polícia. No mesmo dia, um grupo de operários, aparentemente desvinculados da orientação oficial dos sindicatos invade uma empresa têxtil e exige a paralisação de suas atividades. Numa curiosa manobra — que bem reflete a imagem que alguns setores faziam dos militares a essa época — os líderes da greve procuram se encontrar com o comandante da 2.^a Região Militar do II Exército, sediado em São Paulo, e pedem ajuda contra a polícia estadual. Cabe observar que, aparentemente, os líderes do movimento estão atribuindo às Forças Armadas a mesma função que o Estado de Vargas tentava cumprir: pairar acima das classes, como um árbitro imparcial. A essa altura, a greve já serviu para solapar completamente as bases do Estado de Compromisso de Vargas. Toda a política nacional está, de alguma maneira, engolfada pelo conflito. Enquanto o governo federal reforça sua disposição de realizar uma reforma ministerial, a imprensa de todo o país comenta os acontecimentos da Praça da Sé num tom de temeridade. "O Estado de São Paulo" (1-4-53) apela para que as "classes conservadoras" reajam antes que seja tarde e renova a sua acusação a Vargas, de que este preparava a greve, através do PTB, para estimular o clima de desordem que propiciaria um golpe continuísta.

A Delegacia Regional do Trabalho, representando as intenções do representante do PSD no Ministério do Trabalho, tenta levar as partes conflitantes a um acordo. Baseando-se em cálculos sobre o aumento do custo de vida feitos por órgãos oficiais da Prefeitura de São Paulo, propõe um aumento da ordem de 23% que, todavia, não é aceito nem pelos empresários, que oferecem apenas 20%, nem pelos trabalhadores, que não abrem mão de sua reivindicação em torno de 60%. Neste momento, intervém abertamente um dirigente sindical "pelego", Deocleciano Cavalcanti, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Têxtil. Em nome da necessidade da harmonia entre as classes, Cavalcanti proporá uma base de aumento menor que a solicitada pelos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se comprometia a realizar os entendimentos com os empresários. Após uma reunião com os líderes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, FIESP, Cavalcanti anuncia que o acordo é possível. Todavia, seu esforço seria praticamente ignorado pelos trabalhadores em greve, e dessa data até o fim do conflito, pouco se ouvirá falar dele.

Decorrida mais de uma semana, a greve continua a crescer. Após a adesão dos marceneiros — com a paralisação inicial de 90 empresas nesse setor — os sindicatos dos trabalhadores nas Indústrias de Papel e nas Indústrias de Massas Alimentícias têm de recorrer a um acordo rápido com os patrões,

obtendo aumentos variáveis de 15 a 20%. Não controlados pelo PC, esses sindicatos, então fora do acordo grevista, têm de caminhar para acordos rápidos com os empresários para evitar a greve que suas bases ameaçam.

Também os trabalhadores nas Indústrias de Vidros e Cristais após uma assembleia, que nada indica ter sido organizada pelo sindicato, decidem-se pela greve na ocasião caso não seja concedido o aumento de 60% que reivindicam. A imprensa então anuncia que algumas empresas nesse setor já estão paralisadas. No dia 12 de abril, o governador do Estado se propõe como mediador do conflito e apela aos trabalhadores para que aceitem os 23% propostos pela Delegacia Regional do Trabalho.

Esses, em um aparente recuo, se propõem a estudar as propostas. De sua parte, Jânio Quadros, prefeito eleito da cidade, se solidariza com os grevistas. Enquanto isso, novos conflitos ocorrerão na Praça da Sé, aparentemente envolvendo grupos, desvinculados da orientação dos sindicatos. Mais de uma centena de prisões são feitas novamente. Neste dia, um balanço apresentado pelos líderes do movimento mostra os seguintes resultados: 100 mil têxteis, 75 mil metalúrgicos (nesse caso, totalizando 207 indústrias paralisadas) estão em greve. Além disso, a imprensa menciona a adesão dos trabalhadores das indústrias de tintas e cervejas. Setores das camadas médias passam a expressar a sua solidariedade: estudantes de Direito da Faculdade de São Francisco proclamam seu apoio; um grupo de médicos se oferece para prestar assistência gratuita aos grevistas e suas famílias. Além disso, a imprensa relata a ajuda prestada por comerciantes, doando gêneros alimentícios. De outra parte, fora de São Paulo, o número de grevistas é agora estimado, em Osasco, em 3 mil metalúrgicos. Mas o movimento começa a se alastrar por outros setores: indústrias de vidro, gás, construção civil, calçados, doces e conservas e telefônica. Com exceção da última, as reivindicações de aumento variam entre 50 e 60%.

No dia 3 de março, a imprensa espelha algumas divisões existentes no interior do movimento. Aparentemente, as *comissões de greve*, supra sindicais, estão indo além das diretorias dos sindicatos, que insinuam uma tendência no sentido de aceitar as propostas de conciliação da Delegacia Regional do Trabalho, com um aumento de 23%. Entretanto, essas tendências serão derrotadas nas assembleias de massa destinadas a considerá-las, o que demonstra que o PC detinha a maior liderança no seio do movimento.

Nessas assembleias, os oradores introduzirão uma nova temática: a greve não deve terminar a não ser quando sejam postos em liberdade os presos feitos em decorrência do movimento. Nova manifestação de rua tem lugar na Praça da Sé, com a participação de 300 trabalhadores, e, após novos conflitos com a polícia, são presos 23 operários. A diretoria do sindicato dos trabalhadores têxteis renega a manifestação e recomenda que seus associados não participem de manifestações a não ser quando organizadas pelo próprio sindicato. Não se dispõe de informações suficientes para avaliar se essas divisões refletiam divergências de orientação de grupos de esquerda diferentes, ou se elas manifestam o que se poderia chamar de tendências espontâneas de radicalização no seio da classe operária. Parece ter maior fundamento a segunda hipótese, pois, à parte o PC, não havia na época outras organizações de esquerda com força suficiente para organizar tais manifestações (a outra hipótese é a de que essas tendências mais radicais se constituem em grupos situados dentro do próprio PC, mas isso é muito difícil de se verificar por ora).

Em face da recusa dos grevistas em aceitarem a sua proposta de conciliação (23%), os representantes do Tribunal Regional do Trabalho alteram a sua posição anterior e acabam por propor um aumento da ordem de 28%.

Os representantes do governo federal em São Paulo propõem ainda que os trabalhadores decidam se aceitam ou não a proposta conciliatória através de votação secreta, o que será recusado pelas assembleias de massa. Enquanto isso, na esfera federal propriamente dita, porta-vozes do Ministério do Trabalho — ainda em mãos do PSD — declaram que a greve é uma consequência da política de liberalização sindical adotada por Vargas e pedem a volta do *atestado de ideologia*, como requisito para a aceitação de futuras chapas concorrentes às eleições sindicais. Todavia, a partir do dia 7 de março, a greve começará a demonstrar a sua vitalidade fora da cidade de São Paulo: o movimento se inicia em Taubaté e Sorocaba, cidades do interior do Estado. Nos dias seguintes, debaixo de um clima de tensões na esfera federal — em que os grupos e partidos ligados ao governo se acusam mutuamente — novos setores aderirão à “parede” (trabalhadores nas indústrias de calçados), e outras cidades do interior conhecerão o movimento, que crescia em espiral dentro e fora de seus núcleos de origem.

No dia 10 de abril, quase ao 20.º dia da “parede”, vem à tona a *Comissão Intersindical de Greve*, formada pelas diversas comissões de greve supra sindicais de cada categoria. Este novo elemento de

organização da luta operária vinha amadurecendo desde o início do movimento, mas só agora, em bases e condições objetivas, podia se efetivar. Esta comissão corresponde à necessidade sentida pelos líderes de coordenarem conjuntamente o movimento. Então, em face da proposta de aumento de 28%, da Justiça do Trabalho, os operários apresentam sua disposição de irem ao acordo, pela primeira vez, após o irrompimento do movimento, com uma proposta que corresponderia a um aumento da ordem de 50% para todas as categorias: têxteis, metalúrgicos, marceneiros e vidreiros.

Mas enquanto a esse nível, o conflito caminha — após a introdução de uma organização paralela na vida sindical — para uma solução que inclui o acordo, ao nível das bases o movimento se radicaliza. No dia 9 de março, irrompe no bairro operário da Mooca uma manifestação que um autor (Telles, 1962) estima em 20 mil participantes, sob a liderança de Eugene Chemp. A manifestação se inicia nas ruas do centro da cidade e, segundo o relato da imprensa, é dispersada com rajadas de metralhadora. Inicia-se então, umã pequena batalha entre policiais, operários e populares. Estes respondem outra vez com pedras e paus. Há vários feridos, e um deputado do PSB denunciará na Assembleia do Estado, a existência de um morto. As autoridades negarão o fato, mas admitirão a existência de civis e policiais feridos. A manifestação será denunciada pela Polícia Política, como de inspiração comunista, *mas lideranças sindicais acabarão de sua parte por desautorizá-la*. O fato da realização da manifestação pode ser atribuído a uma tendência esquerdista, mais radical, mas de qualquer forma, a participação da massa operária demonstra que a atmosfera em que vivia a classe previa um desenvolvimento para o movimento mais radical.

Admito, todavia, que essas hipóteses são muito difíceis de serem provadas. Entretanto, essa tendência espontânea e mais radical manifestava-se ainda de outras • maneiras. No mesmo dia, um piquete integrado por trabalhadores de diferentes setores realiza um ataque a um veículo pertencente às indústrias do grupo Matarazzo, usado para transportar trabalhadores que não tinham aderido ao movimento.

Enquanto isso, notícias de novos movimentos grevistas aparecem em diferentes lugares do Estado e no país. No Rio, os portuários declaram-se também em greve. Em Santos, há agitação nas docas. Na Estrada de Ferro Sorocabana, os trabalhadores paralisam o trabalho e segundo o autor mencionado acima (Telles, 1962), realizam uma passeata ao longo do leito da ferrovia, com a participação de 3 mil operários. Também em Cotia, nas proximidades de São Paulo, a imprensa anuncia a ameaça de uma greve no setor oficial dos transportes (CMTC). O movimento se estende ainda por Jundiaí, Sorocaba, Ribeirão Preto. Em Osasco, verificam-se choques entre os grevistas e a polícia. Nos subúrbios industriais de São Paulo, São Caetano e Santo André, o movimento irrompe igualmente.

De sua parte, Vargas manobra em várias direções. Encontra-se com o governador de São Paulo e declara que quer esclarecer a participação do PTB (partido de que era o chefe) no movimento. Em seguida, anuncia oficialmente que deseja rever o salário mínimo imediatamente. Em meio a isto, Viana denuncia um plano continuísta de Vargas, embora ainda pertença ao Ministério. Surgem, então, notícias procedentes de fontes ligadas ao governo, de que este prepara a decretação do Estado de Sítio.

Todavia, o movimento parecia caminhar para uma solução, pois a Comissão Intersindical de Greve anuncia que os trabalhadores estão dispostos a irem a um acordo na base de 32% de aumento, recuando portanto de suas pretensões anteriores. Ao mesmo tempo, vêm somar-se à greve os trabalhadores das indústrias gráficas, que reivindicavam 75% de aumento sobre seus salários de 1949. Quanto às radicalizações na base do movimento, elas não se atenuam. No dia 15 de abril, um piquete de têxteis ataca um caminhão pertencente a uma empresa utilizado para o transporte de "furadores" da greve. *Resultam 12 presos da ação, todos mulheres* (deve-se ter em conta que, a essa época, grande parte dos empregados nas indústrias têxteis era composta de população feminina).

A esta altura, a Justiça do Trabalho está terminando os seus procedimentos burocráticos de julgamento da greve, que deveria cessar com a concessão de aumento de 32%. Entretanto, um comunicado da Comissão Intersindical de Greve afirma que os trabalhadores só voltarão ao trabalho sob condições: 1) desde que os acordos de aumento não sejam feitos em separado, para cada categoria, mas sim conjuntamente; 2) desde que sejam libertos todos os presos feitos durante o movimento; 3) desde que não sejam descontados dos salários os dias de greve; 4) desde que cessem as dispensas de trabalhadores por motivo de greve. Assim, a solução do conflito ainda que por via de um acordo ficava na dependência de um outro nível de embate de classes. Os trabalhadores eram, inegavelmente, os vitoriosos. Todavia, desejavam assegurar dentro de condições de solidariedade de classes os termos de sua vitória. No dia 18, não obstante uma nota da Polícia Política ter informado terem todos os presos políticos sido soltos, os líderes do movimento declaram que ainda não há condições para o fim do movimento. De sua parte, os trabalhadores gráficos mantêm seu movimento,

vários jornais deixam de ser publicados. No dia 22, o Congresso Nacional começa a considerar a matéria da regulamentação do direito de greve. O governo estadual, que três dias - antes informava não manter mais nenhum preso, solta todos os trabalhadores, até então detidos.' No dia 23, alguns setores como vidreiros e marceneiros e parte dos metalúrgicos voltam ao trabalho. Os têxteis todavia mantêm o movimento, alegando que ainda há presos políticos. Os empresários pedirão, então, abertamente, a repressão ao que chamam "os líderes comunistas". Pouco antes de terminar, a greve ainda gera alguns conflitos nas portas das fábricas onde os piquetes são mantidos. Finalmente, no dia 24 de abril, um mês após o seu início, diversos setores entre os quais os têxteis, anunciam a sua disposição de voltar ao trabalho. Os acordos firmados em São Paulo pelos principais sindicatos que mantiveram a greve são estendidos para os trabalhadores das cidades do interior do Estado. Os trabalhadores gráficos manterão o seu movimento até o dia 26 de abril e conseguirão obter um aumento da ordem de 70%.

Cessava, assim, o' poderoso movimento que dois meses depois redundaria na reforma ministerial de Vargas. Para o Ministério do Trabalho, seria levado um político populista do porte de Goulart. Sua primeira medida será propor um aumento salarial de 100%. Esse fato, como já foi mencionado, desencadearia a reação dos setores militares contra Vargas, que, em 54, perde a batalha.

A mais importante consequência desse movimento é a criação de um embrião de estrutura paralela no interior do movimento sindical. A Comissão Intersindical de Greve, mais tarde, seria substituída pelo Pacto de Unidade Intersindical (PUI). Anos mais tarde, este resultaria no Pacto da Unidade e Ação (PUA), que foi um dos pilares que mantiveram o Comando Geral dos Trabalhadores, CGT, durante os anos de governo Goulart. Não é demais acrescentar que são exatamente estes embriões da estrutura paralela do movimento sindical brasileiro — surgidos de uma conjuntura particular de luta de classes — que nos anos que antecederam ao golpe de 1964 servirão de um lado à política populista de Goulart, e de outro, à radicalização dessa política, até o ponto em que o sistema não pôde suportá-la. A ruptura então ocorreu com o caráter de um golpe preventivo. Todavia, parece importante observar que é em 1953 que encontramos as raízes de uma tendência de tentar superar o populismo, via da organização, em novos moldes, do movimento operário — o que incluía a implantação de uma estrutura sindical paralela. Esta organização, todavia, não se realizou até 1964.

6

Conclusões

Não é possível, nos limites deste texto, uma reflexão muito profunda sobre o significado' completo da greve dos 300 mil de 1953. Por outro lado, Weffort já indicou, de sua parte, algumas conclusões (⁵). Entretanto, cabe alinhar algumas sugestões de análise que são feitas no decorrer da própria descrição da greve:

1. A greve ocorre em uma conjuntura de crise e, dessa forma, permite lançar a classe operária de São Paulo a uma experiência profunda de ação em defesa de seus interesses econômicos.
2. É muito curioso observar que, em uma conjuntura que marca o início de suas tentativas de penetrar na *estrutura sindical oficial*, o PC tenha estimulado a greve, como ação de defesa dos interesses econômicos da classe, quando, pouco tempo antes, na conjuntura de 1945-46, desaconselhara a classe operária a fazer greves, recomendando a "política de apertar os cinturões" como requisito de sua estratégia de colaboração de classes.
3. A greve é pontilhada de ações espontâneas de setores da massa que demonstra sua disposição de levar o conflito adiante. A direção do movimento, em mãos das lideranças ligadas ao PC, decide-se pelo acordo. Este dá uma vitória à classe operária, mas limita as próprias expectativas projetadas pelos líderes do movimento em seu início.
4. Finalmente, cabe lembrar que a Comissão Intersindical de Greve, que mais tarde se transformará no PUI, significa, praticamente, o nascimento da *estrutura sindical paralela* que vigorará durante todo o período populista, desempenhando uma dupla função: a) de um lado, estimulando o funcionamento da própria estrutura sindical oficial, ligada ao Estado e b) de outro lado, dando vida, por assim dizer, ao pacto populista celebrado entre a esquerda e os herdeiros de Vargas. A greve de 1953, que, em grande parte, revelara a *tendência da classe operária de ir à ação*, resultava, assim, em uma experiência histórica que servia ao *fortalecimento do populismo, isto é, um estilo político de dominação de classes*.

Notas

Este texto foi redigido inicialmente em 1971 a pedidos do Cebrap — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — para servir de relatório preliminar para os estudos que vinham sendo realizados pelo professor Francisco C. Weffort, sobre o movimento operário brasileiro, durante o período compreendido entre 1945 e 1964. Mais tarde, em 1972, ele foi amplamente revisto e ampliado, e apresentado ao IV Seminário Latino-Americano do Centre Europe-Hers Monde (Cetim), - de Genebra: Com peque' nas alterações e a introdução de algumas notas explicativas, foi publicado pelo Cetim in "Dépendance et structure de classes en Amérique Latine", 1972, Genève, sob o título "Classe Operária e Consciência de Classe no Brasil: problemática", pp. 325-385. Posteriormente, foi incorporado com dois capítulos, à tese de mestrado apresentada pelo Autor à Universidade de Essex, Inglaterra, sob o título "Tíie Urban Working-Class in Brazil", Essex, 1972, mimeo. O texto que se publica aqui, corresponde, essencialmente, à descrição histórica da greve dos 300 mil, de 1953, acrescida de algumas notas de introdução, tal como foi apresentado em Essex. O interesse de sua publicação no Brasil se prende à tentativa de oferecer subsídios para a análise histórica de uma conjuntura concreta: a que precede a crise que culmina com o sucídio de Vargas, e que representa, em grande parte, uma antecipação dos acontecimentos de março de 1964. Nesse sentido, o texto deve ser visto menos como uma elaboração teórica e mais como fornecendo elementos para as análises em curso.

(*) Para as análises da conjuntura econômica e política em que ocorre a grande greve de 1953, se utilizou amplamente, as coleções dos arquivos dos Jornais "Folha de São Paulo" e "O Estado de São Paulo". Além disso, foram consultados, também, alguns jornais sindicais e políticos da época.

(1) Esse esforço de reconstituição da história social e de recuperação do papel das classes subalternas na produção dessa história recebeu, recentemente, um vigoroso impulso de autores como *F. C. Weffort*, "Origens do Sindicalismo Populista", Estudos CEBRAP, 4, São Paulo, 1973, e "Sindicato e Política", tese de livre-docência, mimeo. FFLCH, USP, 1972 e *B. Fausto*, "Classe Operária e Conflito Industrial na Primeira República", tese de livre-docência, FFLCH, USP, 1975. Além desses autores, também *F. Munhoz*, *R. de Castro* e *Andrade*, *R.-Maranhão*, *MHT de Almeida* têm realizado uma série de estudos fundamentais para a compreensão do papel do movimento operário no período compreendido entre 1945 e 1964, enquanto vigorou a democracia populista de massas.

(2) A expressão "estrutura sindical oficial" é utilizada aqui no sentido das análises de Weffort, isto é, para indicar a estrutura dos sindicatos de trabalhadores que foi implantada a partir do controle imposto ao movimento operário com o Estado Novo, de 1937. Nesse sentido, cabe pensar esta estrutura sindical como a instituição destinada a realizar a subordinação da classe operária ao Estado, e às classes dominantes, e não como associações voluntárias, destinadas a canalizar a defesa dos interesses econômicos da classe operária industrial e dos trabalhadores em serviços, comércio e a baixa burocracia.

(3) A perda da hegemonia política, por parte das classes dominantes data dos anos 20 e 30 e ela representa a incapacidade das frações dirigentes dessas classes de darem legitimidade aos projetos políticos que apresentam os seus interesses particulares como gerais. Por isso, na fase da democracia populista de massas, a legitimidade do sistema político era buscada no apoio eleitoral das massas urbanas.

(4) Ver, sobre este ponto, o excelente artigo de *F. H. Cardoso*, "Classes Sociais e História: Considerações Metodológicas", in "Autoritarismo e Democratização", Editora Paz e Terra, Rio, 1975.

(5) *F. C. Weffort*, "Sindicato e Política", op. cit.